

## ***Qual a Cor do Gato?***

*Considerações sobre o socialismo de mercado com características chinesas\**

Paula Nabuco

*“Não importa a cor do gato desde que ele cace ratos”*

*Deng Xiaoping*

### Resumo:

Este artigo busca apresentar a teoria do socialismo de mercado e suas características chinesas. Começando com a Revolução Russa, o debate sobre o cálculo econômico socialista e a possibilidade do planejamento econômico em um sistema econômico socialista, no qual os meios de produção são públicos. Bem como a existência de mercados em economias socialistas e as implicações para as mesmas. E as mudanças no país trazidas pelo socialismo de mercado chinês, as principais reformas na China e as contradições entre a construção socialista e a adoção do socialismo de mercado, durante as últimas três décadas no país.

### Abstract

This article intends to present the theory of market socialism and its chinese characteristics. Starting with the Russian Revolution, the socialist economic calculation debate and the possibility of economic planning in a socialism economic system, in which the means of production are publicly owned. The existence of markets in socialist economies and its implications in those economies. And the changes in the country brought by the chinese market socialism, the main reforms in China and the contradictions between the socialist building and the market socialism adoption, during the last tree decades in this country.

Área Temática 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo  
3.2. Capitalismo contemporâneo e Socialismo  
Seções Ordinárias

---

\* Agradeço os comentários e sugestões do Prof. Mario Duayer e as contribuições dos colegas do Grupo Teoria Social e Crítica Ontológica, as insuficiências deste texto, no entanto, são de minha inteira responsabilidade. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia- UFF.

## 1.Introdução

A polêmica frase proferida por Deng Xiaoping tinha como objetivo demonstrar a necessidade de mudança no sistema econômico chinês, a adoção do socialismo de mercado, no caso, com características chinesas. A frase tornou-se um lema do processo de abertura, indicando a necessidade de aceitação não apenas dos investimentos externos ou da entrada de empresas multinacionais do ocidente capitalista, mas também das transformações engendradas por esta proposição.

O objetivo do presente artigo é discutir o socialismo de mercado com características chinesas e o caráter das reformas empreendidas pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) a partir de 1978 (o marco inicial que trataremos é a III sessão plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista da China) sob a liderança de Deng Xiaoping. Este começa a ser implementado a partir das Quatro Modernizações (na agricultura, indústria, defesa nacional, ciência e tecnologia). Com a política de reforma e abertura, na expressão cunhada pelos líderes do PCCh, a China viveria drásticas alterações no seu modo de vida, relações sociais e de produção, no interior do próprio partido e em suas relações com o mundo exterior.

Neste sentido, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Shekou, é a expressão do início da abertura econômica (e da construção do socialismo de mercado chinês) e também os “projetos-piloto” desta, servindo como verdadeiros “laboratórios” (nas palavras do próprio Deng) das novas relações que se propagariam, principalmente, mas não apenas, pelo oriente da China em um primeiro momento.

A proposta do socialismo de mercado é motivo de muita controvérsia desde suas primeiras formulações. O debate é pautado pelas divergências sobre o processo de planificação dos antigos países socialistas do Leste Europeu e da União Soviética e das polêmicas nestes países a respeito da alocação dos recursos e do caráter da planificação socialista. Esta discussão também teve desdobramentos entre teóricos liberais, em 1920 L. Von Mises publicou “*Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*” no livro “*Collectivist Economic Planning*”, organizado por F. Hayek, defendendo a impossibilidade

de realização de cálculo racional sob planificação socialista, a resposta mais conhecida a esta proposição foi formulada por Oskar Lange, que defendeu o contrário em “*On the Economic Theory of Socialism*” em 1938.

Posteriormente o debate seria pautado pela publicação do livro “A Economia do Socialismo Possível” em 1983, de Alec Nove, seguida por uma réplica de Ernest Mandel sobre o caráter da planificação socialista e das dificuldades advindas do processo de transição socialista. Esta segunda fase tem diversos desdobramentos.

Para os fins de nosso trabalho, além das discussões que ocorreram no ocidente abordaremos também as questões relativas ao socialismo de mercado segundo as formulações chinesas. Pautadas, principalmente, pelos debates ocorridos na União Soviética a partir da década de 50. O principal trabalho sobre o tema é de Xue Muqiao, considerado o pai do socialismo de mercado com características chinesas, “*China’s Socialist Economy*”, publicado em 1981. Apesar de não termos encontrado referências de parte a parte dos autores ocidentais e orientais, os paralelos entre as concepções sobre a construção do socialismo e do processo de planificação são claros.

O argumento fundamental era que o socialismo só seria possível a partir do completo, ou pelo menos do significativo, avanço das forças produtivas e da necessidade de manutenção/estímulo de mecanismos de mercado, dentre outros. E que este desenvolvimento só seria viável a partir da coexistência de estruturas socialistas e capitalistas, que deveriam ser aceitas de forma “controlada”, com acompanhamento estrito do Estado. Outrossim, este seria o caminho para o desenvolvimento da China. As reformas implementadas no país e seu caráter são motivo de grande discórdia. Apenas para citar algumas: Harvey, por exemplo, fala de neoliberalismo com características chinesas, indicando o abandono do projeto de construção do socialismo. Hart-Landsberg e Burkett criticam duramente o ciclo de crescimento chinês problematizando os mecanismos que o promoveram, destacadamente, a ampliação da exploração do trabalho. Já Losurdo fala de reformulação do pacto social de 1949 e de uma nova Nova Política Econômica (NEP)<sup>1</sup>, gigantesca e inédita, com características chinesas.

Nosso objetivo é, a partir da compreensão das diversas propostas sob o lema do socialismo de mercado, discutir criticamente a possibilidade de sua consecução, tendo

---

<sup>1</sup> Implementada na União Soviética em 1921.

como referência as reformas implementadas na China. Pretendemos, deste modo, problematizar a forma com que Deng Xiaoping e os dirigentes do PCCh trataram a questão da “cor do gato”.

## 2. O debate sobre o cálculo econômico socialista

A controvérsia sobre os mecanismos de planificação e o tratamento dispensado ao mercado está presente desde a Revolução Russa em 1917. Ainda na década de 20 do século passado, os críticos do socialismo afirmavam que os meios de produção sob poder do Estado estariam necessariamente relacionados com planejamento econômico centralizado. A polêmica, nomeada “debate sobre o cálculo econômico” iniciou-se ainda na década de 10 e se prolongaria, até, pelo menos, os anos 40.

Em 1920 L. Mises publica um artigo<sup>2</sup> cujo objetivo era provar a impossibilidade de cálculo racional sob o socialismo. Seu argumento central era que a produção racional de bens seria impossível sem um sistema de trocas adequado e que apenas o mercado livre teria condições de fixar adequadamente os preços dos bens produzidos.

*“É uma ilusão imaginar que em um Estado socialista o cálculo in natura pode tomar o lugar do cálculo monetário. Cálculo in natura, em uma economia sem trocas, pode apenas compreender os bens de consumo; ele falha completamente quando se trata de lidar com bens de ordem superior. Tão logo alguém conceba o estabelecimento monetário livre dos preços dos bens de ordem superior, a produção racional se torna completamente impossível. Cada passo que nos leva para longe da propriedade privada dos meios de produção e do uso do dinheiro também nos afasta da economia racional”.*<sup>3</sup>

Mises vai mais longe e afirma que sem cálculo econômico não pode existir economia e como sob o socialismo o cálculo econômico seria impossível, não haveria, deste modo, economia. Ele afirma ainda, indicando seu acordo com alguns socialistas, que apenas a estatização de meios de produção é insuficiente, mantendo a dependência, para o

---

<sup>2</sup> MISES, L. “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth” 1920. In: HAYEK, *Collectivist Economic Planning*. 1935.

<sup>3</sup> Idem p. 8. Tradução nossa.

adequado funcionamento da economia, das leis do mercado livre e que apenas isto não constituiria a economia socialista.

O mais notório interlocutor de Mises e Hayek neste debate foi Oskar Lange<sup>4</sup>, que afirmava exatamente o contrário. Para Lange seria possível combinar a direção estatal dos meios de produção com um sistema descentralizado de tomada de decisões através do uso de “preços de conta”, que seriam definidos por um comitê estatal e não pelo mercado e sofreria variações sistemáticas para assegurar a igualdade entre oferta e demanda.

Nos termos colocados, a discussão tinha como pano de fundo a busca pela eficiência de Pareto, na prática a proposição de Lange era a simulação de mecanismos de mercado, o que asseguraria a propalada eficiência, que os austríacos afirmavam ser uma impossibilidade. Formulações posteriores desta mesma escola indicam que esta não era nem a preocupação e nem a crítica central destes autores ao socialismo, mas sim o processo de alocação de recursos e a acessibilidade de informações em um mercado descentralizado. Já Dobb<sup>5</sup> defendia a planificação porque esta teria como vantagem a coordenação das ações antes de sua execução. Esta discussão sobre o papel do mercado e a tomada de decisão *ex ante* ou *ex post* como forma de distinção das estruturas de mercado reapareceria nas discussões sobre o socialismo de mercado.

Adaman e Devine<sup>6</sup> propõem a divisão do debate sobre o modelo de economia socialista, a partir da propriedade e do mecanismo de coordenação. A abolição da propriedade privada dos meios de produção como forma de acabar com a exploração e o planejamento socialista como alternativa socialmente consciente para as injustiças do mercado. Além disso estabelecem dois grandes grupos neste debate, o neoclássico e o austríaco. O primeiro baseado no equilíbrio e suas propriedades estáticas e em modelos descentralizados. O segundo nas forças de mercado sob informação imperfeita, incerteza e desequilíbrio, pois a organização atomística das forças de mercado geraria imperfeições de informações. O fato é que a busca dos “parâmetros” estabelecidos por estas correntes ou de outros elementos como eficiência, equilíbrio e instabilidade, dentre outros, aparecem, de

---

<sup>4</sup> LANGE, O. “On the economic theory of socialism”. In: LIPPINCOTT, B. *On the economic theory of socialism*, Minneapolis, 1938.

<sup>5</sup> Ver DOBB, M. “Economic theory and the problems of a socialist economy”. *The Economic Journal*, 1933.

<sup>6</sup> ADAMAN, F. & DEVINE, P. “On the economic theory of socialism”. *New Left Review*, nº 221, january/february, 1997.

forma mais ou menos sistemática, mesmo entre os socialistas que se ocuparam com estas questões.

### 3. Do cálculo econômico ao socialismo de mercado

As premissas do socialismo de mercado foram aplicadas pela primeira vez na Hungria, depois do levante contra o stalinismo em 1956, seguida pela Polônia em 1956-7 e outros países do Leste Europeu. Carcanholo e Nakatani<sup>7</sup> apontam que já em 1964, Che afirmava que a Iugoslávia, bem como a Polônia, caminhavam para o capitalismo. Segundo Che isto se dava através de retrocessos no processo de coletivização, com retomada da propriedade privada da terra. E que a Iugoslávia e outros países do Leste Europeu retomavam a lei do valor, sob o argumento da necessidade de superação da dianteira em termos produtivos dos países ocidentais. Com graus variados, se seguiram reformas na Alemanha Oriental, na Tchecoslováquia e também na Bulgária.

Apesar das reformas em alguns destes países terem sofrido retrocessos, com a manutenção apenas de alterações no sistema de comando, a guinada para o mercado se mantinha, justificada pela necessidade de melhoria da performance econômica destes países. Em 1978 seria a vez da China adotar o socialismo de mercado, com características chinesas, e na União Soviética uma reforma econômica radical seria proposta por Gorbachev em 1985.

É possível encontrar diversos paralelos entre as proposições dos teóricos do cálculo econômico e do socialismo de mercado. Na verdade, o debate sobre o socialismo com mercado está diretamente relacionado com as discussões sobre eficiência e alocação de recursos escassos (em termos absolutos ou relativos) que se dava desde a Revolução de Outubro. Carcanholo e Nakatani ressaltam o tratamento dispensado à teoria do valor em ambas as formulações:

*“Assim como é feito pelos proponentes do socialismo de mercado, os defensores do Cálculo Econômico consideram que a lei do valor é necessária para que a troca seja efetuada segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, que a alocação dos*

---

<sup>7</sup> CARCANHOLO, M. D. & NAKATANI, P. “A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta”. Campinas, *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005.

*fatores de produção seja ótima e para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas”.*<sup>8</sup>

Alec Nove, um dos teóricos do socialismo de mercado afirma, já no prefácio de seu livro, que “*o socialismo de Marx era utópico*”<sup>9</sup>, bem como que este constituía uma defesa contra supostos utópicos. Nove critica a organização econômica soviética afirmando que um planejamento central não se mostrava efetivo na prática, além de ineficiente, requerendo uma grande burocracia para executá-lo. E que o socialismo de mercado incluía o ajuste de preços a partir da relação entre oferta e demanda e segundo os custos e valores de uso. Além disso sustenta que o lucro serviria como medida da eficiência microeconômica. Não é difícil estabelecer o paralelo entre as propostas de Nove e as de Lange, que indicamos acima, para quem “*as razões pelas quais a produção em uma economia socialista é produção de mercadorias (e, portanto submetida à lei do valor) é a existência nessa economia de uma pluralidade de proprietários dos produtos*”<sup>10</sup>.

Como ressaltam Carcanholo e Nakatani, a adoção do socialismo de mercado teria basicamente três justificativas: a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas com supressão de escassez relativa na economia, a suposta relação entre os mecanismos de mercado e a democracia, e ainda aqueles que defendem a permanência ou não da forma valor no socialismo, argumento que, segundo estes dois autores, se supõe mais pragmático. Acreditamos que no caso chinês, o entendimento do mercado como elemento democrático teve pouca ou nenhuma importância, como exporemos adiante.

O livro de Nove suscitou um longo debate. Em 1986 Ernest Mandel publica um artigo<sup>11</sup> com diversas críticas a Nove. Mandel defende a planificação, definindo o termo como alocação direta *ex ante* que seria oposto ao mercado, e cujo funcionamento supõe alocação *ex post*. E afirma ser perfeitamente possível o planejamento consciente e socialmente comprometido, diferentemente de Nove. Mandel critica a “constatação” de

---

<sup>8</sup> Idem, p. 16.

<sup>9</sup> NOVE, A. *A economia do socialismo possível – lançado o desafio: socialismo com mercado*. São Paulo: Ática, 1989, p. 8.

<sup>10</sup> LANGE, O. “Economía Política del Socialismo”. In: \_\_\_\_\_ (Comp.) *Problemas de Economía Política del Socialismo*. 2ª. reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 15. Apud CARCANHOLO, M. D. & NAKATANI, P. “A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta”. Campinas, *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005, p. 6.

<sup>11</sup> MANDEL, E. “In Defense of Socialist Planning”. *New Left Review*, nº 159, september/october, 1986.

impossibilidade do socialismo enquanto tal, feita por Nove, cujos argumentos não estão voltados – como aponta Mandel – ao período de transição ou ao socialismo realmente existente da União Soviética.

Mandel também reconhece as dificuldades advindas da necessidade de democratização do planejamento e que estas seriam absolutamente previsíveis, mas que isto não significa que elas sejam tecnicamente intransponíveis como afirma Nove. E que não haveria qualquer razão para supor, como faz Nove, que sob o socialismo desapareceriam os estímulos a inovação, o que “emperraria” o avanço tecnológico e o avanço das forças produtivas.

Mészáros faz uma crítica sistemática e cuidadosa ao livro de Nove, e sintetiza a discussão sobre os incentivos afirmando que “*o sistema socialista de incentivos está baseado na primazia das necessidades sobre os objetivos da produção, libertando-se assim da tirania do valor de troca*”, pois sob a égide do mercado, com a separação e alienação do controle da produção, os produtores só “existem” enquanto indivíduos isolados, e deste modo, a questão dos incentivos também deveria estar circunscrita ao plano individual e que

*“dada a necessária subordinação das necessidades dos indivíduos aos imperativos materiais do sistema, uma falsa oposição deve ser também estabelecida entre incentivos materiais e não-materiais (acima de tudo morais). É assim que a questão dos incentivos no ‘mundo real’ do capital reduz-se ao tratamento habitual de ‘incentivos materiais individuais’”*<sup>12</sup>.

Tanto a questão da inovação, quanto a eficiência e motivação, aponta Mandel, remetem, no texto de Nove, a um mesmo suposto, a motivação<sup>13</sup>, que não poderia ser promovida sob o socialismo. Mandel afirma que isto não representa um obstáculo

---

<sup>12</sup> MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Editora da Unicamp e Boitempo Editorial, 2002, p. 968.

<sup>13</sup> Mais uma vez o paralelo entre o debate sobre o cálculo econômico e sobre o socialismo de mercado fica claro. A motivação e sua relação com a eficiência, especificamente, é elemento fundamental da crítica feita por Von Mises e Hayek ao cálculo econômico socialista. Outra discussão recorrente é sobre a determinação da alocação *ex ante* ou *ex post*. Mészáros traça um paralelo entre as proposições de Hayek e de Nove enquanto defensores dogmáticos do capitalismo. Ao se referir às reformas iugoslavas afirma que: “*Naturalmente, de tais suposições arbitrárias [de Nove e Hayek] e altamente tendenciosas, pode-se deduzir a conclusão, com circularidade triunfante de que não pode haver alternativa ao mercado ‘em uma sociedade industrial moderna’. Mas deveria a ameaça apologética e falaciosa da ‘absolutamente inevitável complexidade burocrática’ distrair a atenção sobre a incontabilidade fatal realmente existente do sistema do capital, com todas as suas implicações assustadoras prontas para acontecer amanhã, para não falar do futuro distante?’*”. Idem, p. 927.



insuperável para uma democracia socialista e que o maior problema é a promoção do poder popular (auto-governo) e que:

*“A combinação de ‘mercado’ e ‘socialismo’ em seu pensamento levam inevitavelmente à desconcertantes contradições. Nove repetidamente taxa os marxistas como utópicos do socialismo. O que ele falha em perceber é que suas próprias premissas— um nível mais elevado de responsabilidade social livremente aceita pelos indivíduos, concomitante com um modelo social permeado pela competição pela remuneração financeira e ganho material— representa o cume da utopia”.*<sup>14</sup>

Este debate teria ainda outros desdobramentos com uma réplica de Nove e posterior resposta de Mandel na *New Left Review*, contando, inclusive, com a contribuição de outros autores<sup>15</sup>.

Os pontos de divergência entre os autores discutidos acima não são os únicos, mas são os fundamentais e deixam patente em que termos o debate no ocidente foi travado. Para os fins deste trabalho, que incluem o socialismo de mercado com características chinesas, já temos os elementos necessários para estabelecer os pontos de convergência e divergência com as proposições formuladas pelos técnicos e dirigentes do Partido Comunista Chinês. Estes, enquanto defensores do socialismo de mercado, se filiam, de alguma forma, a estas teorias, mas por outro lado reivindicam o lema “com características chinesas” – como apenso ao socialismo de mercado – como forma de distinção das reformas implementadas na China a partir do final dos anos 70 do século passado. É disso que trataremos a seguir.

#### **4. O socialismo de mercado com características chinesas**

Quando em 1978 Deng Xiaoping e o grupo político que preconizava a abertura e a reforma econômica da China propuseram e deram início às Quatro Modernizações estava

---

<sup>14</sup> MANDEL, E. “In Defense of Socialist Planning”. *New Left Review*, n° 159, september/october, 1986, p. 30. Tradução nossa

<sup>15</sup> NOVE, A. “Markets and Socialism”. *New Left Review*, n° 161, january/february, 1987. MANDEL, E. “The Myth of Market Socialism”. *New Left Review*, n° 169, may/june 1988. ELSON, D. “Market Socialism or Socialization of the Market?”. *New Left Review*, n° 172 november/december, 1988. Também sobre o debate MARQUES, R. “O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson”. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n° 2, 1998, além do já citado artigo de CARCANHOLO & NAKATANI.

sendo sacramentada a vitória de uma política há muito defendida no seio do PCCh. A defesa política da coexistência no regime chinês de aspectos do capitalismo e do socialismo já era há muito defendida, e alguns chegaram mesmo a apontar que isto seria rigorosamente necessário ainda na década de 50. No que se referia à nacionalização da indústria, Liu Shaochi declarou:

*“A existência duma parte de indústria capitalista, de comércio e de fábricas clandestinas deveria ser tolerada para lhes permitir preencher certos vazios que ainda existem (na economia socialista).”<sup>16</sup>*

As Quatro Modernizações foram o primeiro grande projeto da reforma implementado na China. Trata-se de um conjunto de políticas com novas diretrizes e normas para os setores da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Segundo declaração do Partido:

*“A realização das Quatro Modernizações exige grande crescimento nas forças produtivas, que, por sua vez, exige diversas mudanças naqueles aspectos das relações de produção e da superestrutura que não estão em harmonia com o crescimento das forças produtivas, e exige mudanças em todos os métodos de gerenciamento, nas ações e nos pensamentos dos que estão no caminho desse crescimento. A modernização socialista é, portanto, uma revolução ampla e profunda”.<sup>17</sup>*

Esta reforma incluiu também uma profunda mudança na estrutura da burocracia estatal, com um maior grau de descentralização, valorização do pessoal de gerenciamento e uma divisão mais clara das funções e responsabilidades do partido, do governo central e dos governos locais. Cada província era dirigida por três autoridades, o governador, o secretário do partido e o representante do Exército de Libertação Popular (ELP), geralmente o oficial local mais graduado. Esta forma de organização era ainda uma herança da dinastia Qing<sup>18</sup> e havia sido mantida pelo Guomintang<sup>19</sup>. Cada um tinha suas atribuições

---

<sup>16</sup> LEW, MANDEL, E., ROSSI, C., ROUSSET e WU, S. *A China antes e depois de Mao*. Lisboa: Antídoto, 1977, pp.117-118.

<sup>17</sup> DENG, Xiaoping. *Problemas fundamentales de la China de hoy*, Beijing: Talleres gráficos de lenguas extranjeras, 1987. p. 68. Tradução nossa

<sup>18</sup> Dinastia que dirigiu a China entre 1664 e 1911. SPENCE, J. D. *Em busca da China moderna, quatro séculos de história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

<sup>19</sup> Partido Nacional do Povo que decretou a República da China em 1911 e se manteve no poder até a Revolução Socialista Chinesa em 1949. Trataremos aqui os nomes da forma como são usados na grafia chinesa e na tradução internacional a partir do Pin Yin e indicaremos a grafia usada no ocidente daqui em diante, a grafia mais conhecida no ocidente é Kuomintang.

específicas: o secretário do partido cuidava das campanhas de massa, do trabalho ideológico e nomeações; o governador, do desenvolvimento econômico e educação; e o membro do ELP das questões militares, de defesa, mas também de áreas ligadas à economia que tivessem funções estratégicas (energia, por exemplo). A correlação entre estes três dirigentes variava significativamente entre as províncias.

No que se refere às outras Modernizações, na agricultura se observam mudanças nas relações de propriedade e de produção no campo, o que, considerando a composição social chinesa de então, atingia diretamente a esmagadora maioria da população, com alterações nas concessões de terras, preços e no sistema das cooperativas. A intenção era aumentar substancialmente a produção agrícola, com a valorização da produção de grãos e a concentração das determinadas culturas em áreas mais adequadas, além do fim da intervenção sobre as atividades que antes eram consideradas capitalistas, tais como as feiras e cultivos paralelos.

No setor de ciência e tecnologia, a idéia era promover um profundo reordenamento, depois de um longo período de desestímulo às pesquisas e atividades ligadas às universidades em geral, a proposta era criar centros de excelência, mudar as estruturas existentes, fomentar a pesquisa de ponta e a formação de novos quadros. Já em 1978/79, o número de estudantes chineses que foram enviados ao exterior para completar sua formação é significativo<sup>20</sup>.

A Modernização industrial, na verdade, se mostrou bem mais ampla do que poderia parecer a princípio. Ela incluía a criação de um conjunto de leis trabalhistas, a concessão de maior grau de autonomia para as empresas estatais, reformas tributária e financeira (criação de bolsas de valores, inclusive) e, principalmente, a transição da economia planificada para o socialismo de mercado. Sua expressão inicial é a criação das Zonas Econômicas Especiais em 1980, mas também está relacionada com a política sobre as empresas estatais e sobre investimentos externos diretos (IED). No caso das estatais, verificamos uma drástica mudança de seu papel na economia chinesa.

---

<sup>20</sup> Durante estes dois anos foram enviados para os Estados Unidos 433 estudantes chineses que atuavam em áreas consideradas estratégicas pelo governo, relacionadas principalmente com a indústria, tecnologia aeroespacial, saúde e agricultura. SPENCE, J. D. *Em busca da China moderna, quatro séculos de história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 612.

As reformas incluíam também mudanças na Constituição e outras legislações pertinentes. Ainda em 1979, a China aprovou a Lei de *joint ventures* combinando investimentos chineses e estrangeiros; em 1982 uma reforma constitucional aprovou IED no país; em 1983 a legislação de *joint ventures* foi aperfeiçoada detalhando as operações e políticas governamentais para o setor; em 1984 foi promulgada a lei de patentes. E em 1986, talvez a mais emblemática do início do processo de abertura, a lei sobre empresas de capital exclusivamente estrangeiro. Neste mesmo ano, a China solicitou seu ingresso no Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT – *General Agreement on Trade and Tariffs*), predecessor da Organização Mundial do Comércio (OMC) na qual o país ingressaria em 2001, depois de longuíssimas negociações.

O argumento fundamental era que o socialismo só seria possível a partir do completo, ou pelo menos do significativo, avanço das forças produtivas. E que este desenvolvimento só seria viável a partir da coexistência de estruturas socialistas e capitalistas, que deveriam ser aceitas de forma “controlada”, com acompanhamento estrito do Estado. Outrossim, este seria o caminho para o desenvolvimento da China.

*“O desenvolvimento das forças produtivas é aquilo a que o marxismo atribui mais importância. (...) Portanto, a tarefa fundamental da etapa do socialismo consiste no desenvolvimento das forças produtivas”.*<sup>21</sup>

Apesar de reconhecer os riscos para a construção do socialismo trazidos pela entrada, por exemplo, de capital estrangeiro no país, Deng afirmava que o socialismo já era forte o suficiente para conter os efeitos negativos que certamente este e outros fenômenos correlatos trariam, e que o Estado garantiria a manutenção da distribuição de renda. Segundo ele:

*“A base em que se apóia a economia socialista é muito extensa e não será abalada por absorver dezenas ou centenas de milhares de dólares em investimentos estrangeiros. Além do mais, como nos atemos com firmeza ao princípio de distribuição socialista, podemos prevenir esta polarização”.*<sup>22</sup>

Os argumentos favoráveis a esta política, para além da alardeada necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, são a necessidade de melhor alocação dos recursos

---

<sup>21</sup> DENG X. *Problemas fundamentales de la China de hoy*. Beijing, Talleres gráficos de lenguas extranjeras, 1987, p. 67. Tradução nossa.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*. p.70

disponíveis, a escassez relativa (especialmente de alimentos) e a necessidade de existência de um sistema de trocas que diminuísse as possíveis assimetrias e suas vantagens na divisão social do trabalho.

Xue Muqiao ressalta repetidas vezes, indicando a importância da realidade para uma efetiva análise marxista, que a China, dada sua condição anterior de país semi-feudal e semi-colonial, com a maior população do mundo e com um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, precisava implementar um projeto de modernização, afirmando que as mudanças aperfeiçoariam e consolidariam as relações de produção socialistas. Segundo Xue, Marx dividiu comunismo em duas fases e o socialismo seria a fase mais elementar.

*“A história atual coloca uma nova questão para nós: Não deveria também o socialismo ser dividido em duas fases? Em uma economia baseada na pequena propriedade camponesa, nós temos que primeiro transformar esta economia em uma economia coletivizada e, depois de um tempo considerável, transformar esta última em uma economia sob o comando de todo o povo incluindo o crescimento das forças produtivas. Antes que todos os meios de produção estejam sob o comando da sociedade, há um período no qual dois sistemas de posse pública socialista existem lado a lado. Esta é a fase mais elementar do socialismo, na qual a China está atualmente. Reconhecer este ponto é muito importante porque ajuda a prevenir uma aplicação prematura de certos princípios aplicáveis apenas na primeira fase do comunismo definido por Marx.”<sup>23</sup>*

Ainda de acordo com Xue para superar esta fase mais insipiente do socialismo a China precisaria: 1) modernizar a agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia (as Quatro Modernizações, citadas acima); 2) Passar pela transição de uma economia com uma taxa de coletivização de 90% para um sistema de posse de toda a sociedade; 3) O país deveria ser capaz de assegurar um fornecimento adequado das condições materiais básicas materiais e de entretenimento para todo o povo, com abolição dos racionamentos; 4) Educação secundária universal, abolição do analfabetismo e criação de um grande número de instituições de ensino superior; 5) Estabelecimento de um sistema democrático adequado, que daria às pessoas direito de participação política e gerência dos

---

<sup>23</sup> XUE M. *China's Socialist Economy*. Beijing: Foreign Language Press, 1981, p. 15. Tradução nossa. Ao tratar das fases de transição para a construção do socialismo Xue cita o texto de Lênin, *O Estado e a Revolução*.

órgãos estatais. Com a transição da função do Estado de gradual supressor da luta de classes para proteção dos direitos democráticos do povo.

Ele também ressalta que a vitória do setor socialista na economia chinesa sobre o setor capitalista seria um resultado da correta aplicação das leis que governam a economia socialista, bem como sua superioridade através do uso adequado da lei do valor.

*“A experiência dos países socialistas por décadas provou que o uso efetivo de relações mercadoria-dinheiro, incluindo o papel do mercado, são necessários para a construção do socialismo. Isto é especificamente verdadeiro para a China, onde a economia mercantil ainda é subdesenvolvida e as relações baseadas na mercadoria-dinheiro precisam ser desenvolvidas”*.<sup>24</sup>

Destacando a importância da mercadoria e do dinheiro para a construção do socialismo, Xue indica que estes são requisitos para o imprescindível processo de modernização da China. E que com os meios de produção sob o comando do Estado chinês, este deveria continuar fazendo uso destas relações (mercadoria-dinheiro) e do mercado, dirigindo a economia sob o princípio de *“planejamento estrito dos assuntos majoritários e flexibilidade nos minoritários”*.<sup>25</sup>

Xue também lista as relações mercadoria-dinheiro existentes em uma sociedade socialista: 1) A precificação dos produtos industriais e agrícolas, que determinam a redistribuição da renda nacional entre o Estado e a economia coletivizada, devem seguir o princípio de troca de valores iguais (segundo Xue, Stalin afirmara que a lei do valor não regula, mas apenas influencia a produção socialista); 2) os trabalhadores e pessoal das empresas estatais devem utilizar os canais da troca mercantil para receber os bens de consumo devidos a “cada um segundo seu trabalho”; 3) a troca de mercadorias entre empresas estatais também são trocas mercantis e as empresas devem considerar seus próprios interesses, enquanto representantes dos interesses de todo o povo e do Estado; 4) trocas de mercadorias são realizadas nos mercados internos e podem ocorrer entre as estruturas de diversos tipos (coletivizadas, pequenos proprietários de terra, trabalhadores urbanos, etc.).

Segundo ele, as trocas mercantis em uma sociedade socialista se distinguem daquelas sob o capitalismo primeiramente pelo fato dos meios de produção, bem como os

---

<sup>24</sup> Idem p.103.

<sup>25</sup> Idem, p.104.

produtos do trabalho, serem públicos. E como os capitalistas não existem enquanto classe, a troca de mercadorias está livre de sua participação. Xue também afirma que mesmo sob capitalismo há dois tipos de mercadorias produzidas, uma por pequenos produtores e outra por capitalistas, as quais, diz ele, são obviamente diferentes. Deste modo não apenas as mercadorias seriam diferentes sob o socialismo, mas também o seriam as trocas. A circulação de mercadorias no socialismo é administrada segundo a planificação, e um mercado unificado e planificado é diferente do mercado livre capitalista, diz Xue.

Escrevendo sobre o dinheiro, Xue diz que este é produto “(...)espontâneo do desenvolvimento da troca mercantil, e nenhuma troca apropriada de mercadorias é possível sem o dinheiro como meio. Como a produção de mercadoria e troca continuam disseminadas em uma sociedade socialista, o dinheiro deve existir”.<sup>26</sup> E que no socialismo o dinheiro mantém suas funções de meio de pagamento e reserva de valor.

Sobre a relação entre uma sociedade socialista e a lei do valor, Xue afirma:

*“Que um país socialista deve ser bom no uso da lei do valor não é mais uma questão controversa. Entretanto, ainda há visões diferentes se a esfera de operação da lei do valor pode e deve ser restringida sob o socialismo. Muitos camaradas sustentam que como a lei do valor é uma lei objetiva, ela não pode e nem deve ser restringida. Eu penso de outro modo. Do meu ponto de vista, sua operação pode ser restringida. Como é geralmente sabido, a lei do valor é a lei da economia mercantil, e a produção de mercadorias sempre foi baseada na propriedade privada dos meios de produção e caracterizada pela anarquia da produção”*<sup>27</sup>.

E conclui acrescentando que, em uma sociedade socialista, o Estado pode utilizar a lei do valor de forma consciente porque é quem define os preços dos produtos.

Tanto Deng quanto Xue traçam, de forma sistemática, um paralelo entre o sistema de planejamento chinês e aquele adotado pela União Soviética durante a era Stalin. Xue afirma que sua principal característica é a centralização de metas. Estas eram definidas pelo governo central e comunicadas às autoridades locais e empresas desconsiderando, muitas das vezes, as condições locais. Tanto a arrecadação quanto os gastos eram totalmente controlados pelo governo central, com exceção apenas de alocações em setores muitos específicos, que eram deixados a cargo das autoridades locais.

---

<sup>26</sup> Idem, p.124.

<sup>27</sup> Idem, p.140.

E ambos expressam literalmente a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas como forma de comprovar a superioridade do socialismo, sendo esta condição inalienável para a vitória sobre o capitalismo, e a orientação para o comunismo como seu objetivo final. Além disso, Xue acrescenta que seria necessário algum tempo para que a ditadura do proletariado fosse consolidada na China por causa do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim como nos debates sobre o cálculo econômico e o socialismo de mercado no ocidente, se fazia presente a questão da alocação eficiente dos recursos, e são inúmeras as declarações de Deng e deliberações do PCCh com referências à melhoria destes “indicadores”, há ainda a declaração de Liu Shaochi que citamos no início deste trabalho (dentre outras sobre o tema). Xue escreve muito sobre a necessidade de melhoria administrativa das empresas e de toda a economia e que isto ocorreria através da modernização e adoção de novas tecnologias que estariam diretamente ligadas a implementação das Quatro Modernizações. Afirmava ainda que algumas empresas chinesas até poderiam ser comparadas com companhias de outros países no que se refere aos equipamentos, mas que seu grau de eficiência era bastante mais baixo.

## **5. Mas e a cor do gato?**

Esperamos ter mostrado que apesar da reivindicação “das características chinesas” feitas pelos dirigentes do PCCh, os supostos e a análise do marxismo feitos por aqueles que propuseram e dirigiram as reformas chinesas têm nítido parentesco com o socialismo de mercado e com as formulações sobre a planificação que o sucederam. É claro que não podemos negligenciar as determinações históricas, políticas e as distinções óbvias da realidade chinesa para aquela dos outros países do socialismo real, o que seria de um reducionismo inaceitável de nossa parte. Tampouco pretendemos insinuar que os resultados destas proposições são idênticos – o que seria tolice ainda maior – visto que estes se encontram diante de nossos olhos. As reformas chinesas tomaram rumo próprio, e é neste sentido que podemos falar de algo que se aproxime de características chinesas.



Também não podemos olvidar das dificuldades enfrentadas por todos estes países no que se refere ao chamado processo de transição<sup>28</sup>, mas faz-se necessário agora, analisar criticamente alguns dos elementos que unificam as teorias das quais nos ocupamos. O pragmatismo explícito na declaração de Deng, que inspirou o título deste artigo, é apenas uma pequena parte das contradições geradas e aprofundadas pelas reformas chinesas.

Como bem destaca Postone, um dos maiores problemas do “marxismo tradicional”<sup>29</sup> é sua caracterização do capitalismo, qual seja, como economia de mercado e propriedade privada dos meios de produção. Assim a construção do socialismo corresponderia a propriedade coletiva dos meios de produção e ao planejamento econômico. Deste modo, segue argumentando, a planificação não rompe com a lei do valor, pois esta pode perfeitamente atuar em uma economia planificada. Concepção com a qual, aliás, concordavam os dirigentes chineses de então, que inclusive propunham seu uso “controlado” na construção do socialismo na China.

*“Uma reinterpretação categorial, portanto, deve centrar-se na distinção de Marx entre valor e riqueza material; deve mostrar que, em sua análise, o valor não é, em essência, uma categoria do mercado e que a lei do valor não é simplesmente, uma lei do equilíbrio econômico geral.”*<sup>30</sup>

Sobre a questão da lei do valor, Marx deixa muito claro n’*O capital* que as relações de distribuição têm o mesmo caráter histórico das relações de produção, sendo esta distribuição a forma típica do modo de produção capitalista. Por isso, como ressaltam Carcanholo e Nakatani o fim da propriedade privada dos meios de produção por uma revolução socialista e adoção do mercado como forma de distribuição, significa, quando muito, que se trata de um processo de transição para o socialismo.

Deste modo, temos uma impossibilidade lógica, pois: *“Se a lei do valor é, em última análise, o mecanismo de regulação da produção, do emprego, do consumo, etc., os*

---

<sup>28</sup> Mandel, já citado anteriormente se ocupou em diversos artigos com esta questão, bem como Lênin, no artigo citado por Xue, “O Estado e a Revolução” apenas para destacar alguns dentre os autores aos quais fizemos referência.

<sup>29</sup> Expressão usada por Postone para denotar aqueles que compartilham estes supostos. POSTONE, M. “Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism”. *Social Research* 45, Winter, 1978. pp. 739-788. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt>.

<sup>30</sup> POSTONE, M. *Tiempo, trabajo y dominación social. Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Barcelona: Marcial Pons, 2006, p.183. Tradução nossa. Não é mera coincidência que Postone faça referência à noção de equilíbrio geral, visto ser este, como apontamos logo acima, um dos mecanismos reivindicados por teóricos liberais e alguns socialistas em suas análises.

*seres humanos não detêm o controle direto de sua sociabilidade, pois precisam se submeter aos ditames da lei do valor no mercado*".<sup>31</sup> No capitalismo a mercadoria tem um caráter dual, é particular, enquanto valor de uso, e geral como forma de mediação social. E o trabalho produtor de mercadorias, por sua vez, é particular, trabalho concreto, produtor de valores de uso; e socialmente geral, trabalho abstrato, como meio para acessar a riqueza social, forma de mediação social. Fica clara, portanto, a contradição intrínseca à idéia de construção do socialismo sem a supressão da lei do valor e suas determinações. Pois o socialismo pressupõe o fim das relações sociais medidas pelas mercadorias (estranhadas) enquanto forma como os indivíduos passam a integrar a sociedade.

*"(...) o modo capitalista de produção tem natureza particular, especificidade historicamente definida; como qualquer outro modo determinado de produção pressupõe, como condição histórica, dado estado das forças produtivas sociais e de suas formas de desenvolvimento; essa condição é o resultado histórico e o produto do processo anterior, é dela parte e nela se baseia o novo modo de produção; as relações de produção correspondentes a esse modo particular de produção historicamente determinado- relações de distribuição, na essência, se identificam com as relações de produção, das quais são a outra face, de modo que estas e aquelas participam do mesmo caráter histórico transitório".*<sup>32</sup>

O valor é a forma encoberta de interdependência, que expressa, veladamente, uma forma indireta de distribuição social do trabalho. Se o valor continua sendo a forma da riqueza, mesmo os sistemas que adotam a planificação permanecem submetidos à dominação abstrata, e esta é insuficiente para romper com as relações sociais mediadas do capitalismo. Deste modo, a planificação não pode ser concebida como oposta ao mercado, como forma característica do socialismo. A garantia da liberdade humana requer a superação das formas pessoais de dominação social e das estruturas de dominação abstrata, como assinala Postone<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> POSTONE, M. Necessity, labour and time: a reiteration of the marxian critique of capitalism. *Social Research* 45. Winter, 1978, pp. 6-7.

<sup>32</sup> MARX, K.O capital. *Crítica da Economia Política*. 4ªed. Rio de Janeiro: Difel, 1985, Livro 3, volume VI, p.1005.

<sup>33</sup> A verdadeira liberdade humana só pode ser obtida portanto, através do longo caminho de auto-superação das barreiras naturais e do domínio da consciência. *"Na realidade, por certo, toda liberdade que não se encontrar arraigada na sociabilidade do homem, toda liberdade que não se desenvolver -mesmo na forma de um salto- a partir desta sociabilidade, é um fantasma. Se o homem não tiver transformado em uma essência genérica a ordem social no trabalho, através do trabalho, se a liberdade e não for o fruto de sua própria liberdade, de sua auto-superação em relação a sua própria constituição orgânica, não poderia existir*

A forma da distribuição está historicamente ligada à forma da produção, a forma como os homens asseguram a reprodução material da vida.<sup>34</sup> A propalada necessidade de desenvolvimento das forças produtivas também está relacionada com um entendimento equivocado desta relação (entre produção e distribuição).

Além disso o desenvolvimento das forças produtivas, em sociedades socialistas, traria consigo o acirramento das contradições entre estas e as relações sociais de produção. E seu baixo desenvolvimento, dadas as limitações materiais a que estas sociedades estariam submetidas, serviriam como estímulo ao aumento da produção, como forma de assegurar as condições mínimas de vida da população. Por isso o socialismo e posteriormente o comunismo só seriam possíveis com a garantia “de uma vida modestamente acomodada para o povo”.<sup>35</sup>

O caso é que, ao se referir a esta contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, Marx tinha em mente a abertura de um processo revolucionário, mas estamos tratando aqui de países, especificamente de um país, a China, onde a revolução já ocorreu<sup>36</sup>.

*“Nesse sentido, pode-se afirmar que as diferentes formas de mercado introduzidas nesses países, comandadas pela lei do valor, estão reconduzindo-os inexoravelmente ao capitalismo, independentemente de vontades individuais ou projetos sociais. A história do ‘socialismo real’ tem mostrado e continua mostrando que a defesa do “socialismo de mercado”, em última instância, acaba sendo uma postura reacionária e pró-restauração do capitalismo”.*<sup>37</sup>

---

*nenhuma liberdade real. (...) Neste sentido, acreditamos, que o trabalho pode ser entendido autenticamente como o modelo de toda a liberdade”.* LUKÁCS, G. *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2004, p. 187. Tradução nossa.

<sup>34</sup> Marx critica a economia burguesa por ter caracterizado a forma da distribuição como histórica, mas não a produção, o que foi feito em diversas latitudes, também por adeptos do marxismo, ainda que de forma nem sempre explícita.

<sup>35</sup> Esta é a expressão ainda hoje utilizada pelos dirigentes do PCCh para defender a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas sob o regime do socialismo de mercado com características chinesas.

<sup>36</sup> Isto se deveria a geração de novas formas de consciência geradas nas lutas dos trabalhadores e na percepção do caráter do capitalismo e de suas formas de dominação, como elementos constitutivos do processo revolucionário. Gramsci trata dos momentos da “consciência política coletiva”, partindo do mais elementar, o econômico corporativo, até o momento “(...) estritamente político que assimila a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’”. GRAMSCI A. *Cadernos do Cárcere Vol. III Maquiavel notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.41.

<sup>37</sup> CARCANHOLO, M. D. e NAKATANI, P. “A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta”. Campinas, *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005, p. 2

Diferentemente do que aconteceu com outros países de economia planificada que passaram por reformas, na China não houve um grande processo de privatização das terras. A opção feita pelos governantes chineses foi o estabelecimento de novos regimes de concessão, de acordo com a região e investimentos pretendidos, além de um sistema de descentralização, com aumento da importância relativa das províncias. As ZEEs foram as primeiras localidades onde foi aplicado este novo sistema de uso da terra.

Criadas a partir das cooperativas de agricultores, novas empresas, as *Town and Village Enterprises* (TVEs), juntamente com as administrações governamentais locais (das províncias ou das pequenas cidades no campo), se constituíam empresas de propriedade coletiva, no campo e nas cidades. As TVEs também tinham autorização do governo para realizar negócios com empresas estrangeiras e recebiam crédito de bancos estatais. Estas pequenas empresas atuavam associadas com as grandes empresas estatais chinesas e posteriormente passaram a comercializar com o exterior.

Seu crescimento foi enorme ao longo da década de 90, respondendo por boa parcela do aumento da participação do setor privado na economia como um todo. Neste mesmo período, algumas TVEs (normalmente pequenas empresas) foram privatizadas, mas a regra nestes casos era a piora do desempenho da empresa ou a falência, porque uma vez privatizadas estas deixavam de contar com a ajuda do governo com as questões burocráticas e perdiam o acesso ao crédito facilitado dos bancos estatais.

A partir de 1978 a China adotou uma postura de liberalização gradual e estímulo à entrada de investimentos externos diretos no país. Suas ações neste sentido incluem uma série de leis que regulamentavam e controlam os investimentos, além de incentivos por parte do governo central e das províncias. Buscando desenvolver regiões, setores e indústrias específicas, o governo forneceu facilidades como tarifas diferenciadas para importação de equipamentos, livre remessa de capital para matrizes e alterou regulamentações sobre o trabalho (vide o caso das ZEE's, onde o governo praticamente suspendeu/alterou a vigência de regulações trabalhistas, facilitando a extração de sobre-trabalho pelas multinacionais) para direcionar os investimentos.

As ZEE's registraram um crescimento de 41,4% do produto interno bruto (PIB) durante as últimas décadas, quase 32% mais que a média nacional. O volume de investimentos estrangeiros recebido por estas cidades entre 1984 e 2004 totalizou US\$ 58

bilhões, e o número de empresas com capital estrangeiro que se estabeleceram durante o mesmo período nas zonas de desenvolvimento foi de 11.600, números que representam 11,6% e 70,0% do total nacional, respectivamente. Metade dos automóveis e 37,3% dos telefones celulares fabricados na China foram produzidos nestas zonas<sup>38</sup>.

Dentre as políticas preferenciais governamentais de fomento das ZEE's estavam: imposto de renda com alíquotas de 15,0% para as empresas sobre as receitas – com valores decrescentes ou mesmo isenção, dependendo do tipo de atividade, volume exportado, valor do investimento, tempo de operação, além de isenção de taxas locais. No caso de pessoas físicas, alíquotas progressivas para renda a partir de 800 yuans (US\$ 216, em valores de então), com possibilidade de isenção. Impostos especiais sobre o uso da terra, com isenção para hospitais, escolas, institutos de alta tecnologia e valores regressivos em função do prazo e uso de tecnologias avançadas. Isenção de impostos sobre importações de matérias-primas, peças, equipamentos necessários para instalação das unidades produtivas, bem como isenção ou redução de tarifas de bens de consumo, a não ser álcool e fumo. As exportações se encontravam isentas de tributação. Facilidades com a burocracia para entrada e saída do país para os empresários, suas famílias e funcionários especializados. Autorização pelo governo central para realização de remessas ao exterior destas regiões. Apesar da escassez de divisas da China (de então), o governo não impedia as remessas, ainda que se manifestasse o problema da lenta burocracia. Concessão de autonomia administrativa para as empresas, inclusive para contratação e demissão de trabalhadores locais, definição de operações e produção e fixação de preços, a não ser em casos especificados pelo governo. E, por fim, concessão de créditos pelo Banco da China (a partir de 1985) para as empresas instaladas nas ZEEs.

*“Após a 3º sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, Deng Xiaoping formulou a estratégia do desenvolvimento em três passos da modernização socialista da China. O 13º Congresso Nacional do Partido Comunista da China realizado em 1987, definiu o objetivo estratégico do desenvolvimento econômico do país, com o seguinte conteúdo: ‘(...) a disposição estratégica da construção econômica de nosso país divide-se em três passos; primeiro dobrar o PIB com base no de 1980 e resolver a questão de alimentação e abrigo do povo. Esta tarefa foi*

---

<sup>38</sup> Fonte: Agência de Notícias Xinhua (Nova China), agência de notícias oficial do governo chinês, junho de 2004.

*fundamentalmente cumprida. Segundo, quadruplicar o PIB em fins deste século, de forma que o povo leve uma vida modestamente confortável. E terceiro, em meados do próximo século, o PIB per capita atingirá o nível dos países medianamente desenvolvidos, o povo levará uma vida relativamente abastada e a modernização será fundamentalmente concretizada.’”<sup>39</sup>*

Há muito mais sobre o caráter das reformas chinesas, apesar das limitações de nossa breve caracterização. Este processo orientado por um Estado forte, patente no discurso de Jiang Zemin (presidente da China por dois mandatos) com um projeto de longo prazo de protagonismo chinês no cenário internacional, não tem como balizadores a supressão do antagonismo do processo de trabalho sob comando do capital ou a emancipação, mas um contínuo desenvolvimento do mercado e das forças produtivas chinesas.

Como bem sintetizado por Mészáros “a defesa dos ‘mercados de capital e da reestruturação da propriedade’ não significa apenas a ‘perda de nitidez’ da distinção entre capitalismo e socialismo, mas o abandono completo até mesmo da mais remota possibilidade de realizar os objetivos socialistas”.<sup>40</sup> Não se trata aqui de uma questão pura e simples de vontade, ou pragmatismo, não importa quantas vezes se repita que não, a cor do gato *importa*, e neste caso, define a orientação e o caráter das reformas que o País do Meio/Central, tradução literal do nome China, vive e aprofunda há quase 30 anos.

---

<sup>39</sup> JIANG, Z. *Reforma e Construção da China*, Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 93.

<sup>40</sup> MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*, São Paulo: Editora da Unicamp e Boitempo Editorial, 2002, p. 964.

## 6. Bibliografia

- ADAMAN, F. & DEVINE, P. "On the economic theory of socialism". *New Left Review*, n° 221, january/february, 1997.
- BOTTOMORE, T. *A Dictionary of Marxist Thought*. 2ªed., Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- CARCANHOLO, M. D. & NAKATANI, P. "A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta". Campinas, *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005.
- DENG, Xiaoping. *Problemas fundamentales de la China de hoy*. Beijing: Talleres gráficos de lenguas extranjeras, 1987.
- DOBB, M. "Economic theory and the problems of a socialist economy". *The Economic Journal*, 1933.
- ELSON, D. "Market Socialism or Socialization of the Market?". *New Left Review*, n° 172 november/december, 1988.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere Vol. III Maquiavel notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, D. *A Brief history of neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- JIANG, Z. *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LANGE, O. "On the economic theory of socialism". In LIPPINCOTT, B. *On the economic theory of socialism*. Minneapolis, 1938.
- LEW, MANDEL, E., ROSSI, C., ROUSSET & WU, S. *A China antes e depois de Mao*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- LOSURDO, D. *Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*, Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LUKÁCS, G. *Ontologia del ser social: o trabalho*, Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2004, p. 187.
- MANDEL, E. "In Defense of Socialist Planning". *New Left Review*, n° 159, september/october, 1986.
- \_\_\_\_\_. "The Myth of Market Socialism". *New Left Review*, n° 169, may/june 1988.
- MARQUES, R. "O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson". *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n° 2, 1998.
- MARTIN H. & BURKETT, P. *China and Socialism*, New York: Monthly Review Press, 2005.
- MARX, K. "Prefácio à 'Contribuição à crítica da Economia Política'". In MARX, K. & ENGELS, F. *Contribuição à crítica da Economia Política.*, São Paulo: Edições Sociais, 1977, Textos vol. 3.

- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 4ªed. Rio de Janeiro: Difel, 1985, Livro 1, volume I.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 4ªed. Rio de Janeiro: Difel, 1985, Livro 3, volume VI..
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*, São Paulo: Editora da Unicamp e Boitempo Editorial, 2002.
- MISES, L. “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”, 1920. In HAYEK, *Coletivist Economic Planning*.
- NOVE, A. “Markets and Socialism”, in *New Left Review*, n° 161, january/february, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A economia do socialismo possível – lançado o desafio: socialismo com mercado*. São Paulo: Ática, 1989.
- POSTONE, M. “Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism”. *Social Research* 45. Winter, 1978, pp. 739-788. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt>.
- \_\_\_\_\_. *Tiempo, trabajo y dominación social. Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Barcelona: Marcial Pons, 2006.
- SMITH, R. “The Chinese Road to Capitalism”. *New Left Review*, n°199, may/june 1993.
- SPENCE, J. D. *Em busca da China moderna, quatro séculos de história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- XUE, M. *China’s Socialist Economy*. Beijing: Foreign Language Press, 1981.

## 7. Fontes

- Agência de Notícias Xinhua (agência oficial do governo chinês).
- China, hechos e cifras 2000*, Editorial Nova Estrella, Beijing 2000.
- China*. Editora Nova Estrella, Beijing, 1999
- Situación y política de China respecto al empleo*. Livro Branco do Conselho de Estado da República Popular da China, Beijing, abril de 2004.
- Reajuste e reforma da Economia, China de hoy*. Sección especial de BEIJING INFORMA, Beijing, 1983.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.